

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do petróleo e do gás natural, julgue os itens a seguir.

- 51 De acordo com a teoria dominante, o petróleo e o gás natural foram gerados pela decomposição anaeróbica de microrganismos.
- 52 Por ser um produto homogêneo, o petróleo é considerado o principal *commodity* global.
- 53 Em comparação à extração de petróleo, a extração de gás natural alcança maiores proporções.
- 54 A etapa de desenvolvimento industrial do petróleo é composta pelo período em que a produção desse óleo é crescente.

No que se refere às participações governamentais e às tributações da indústria petrolífera no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 55 O *royalty* se aplica sobre a receita bruta, e a participação especial, sobre a receita líquida.
- 56 No regime de partilha, as participações especiais e os bônus de assinatura não compõem as receitas governamentais.
- 57 Os *royalties* e bônus de assinatura são exemplos de participações governamentais no regime de concessões.
- 58 A arrecadação da CIDE é destinada ao financiamento da infraestrutura de transporte e de programas ambientais e à compra de combustíveis. Contudo, essa arrecadação pode ser também utilizada para programas de saúde e educação.
- 59 Em campos de exploração petrolífera sob o regime de partilha, a alíquota de *royalties* é de 15%.

Manoel levou os três carros de sua propriedade, além de levar o de sua mãe e o de sua sogra, para abastecer no Posto Petrolina Ltda. Em virtude do elevado valor da referida compra, optou pelo pagamento em quatro parcelas no boleto bancário. Após pagar duas parcelas, Manoel não realizou o pagamento das parcelas restantes.

Com base nessa situação hipotética e com relação ao direito do consumidor, julgue os itens de 60 a 63.

- 60 O Posto Petrolina Ltda. tem o direito de cobrar as parcelas não pagas e, para tanto, poderá ligar para Manoel em vários horários, inclusive aos domingos e feriados, já que são os dias mais fáceis de encontrar as pessoas em suas residências.

- 61 Considere que, após o abastecimento, o carro da sogra de Manoel tenha apresentado problema na tampa do tanque de combustível, e que Manoel tenha reclamado com o gerente do posto. Nessa situação, pelo fato de Manoel ter abastecido o carro de sua sogra, ele não poderá ser qualificado como consumidor, pois não é o destinatário final do produto.
- 62 Para que o Posto Petrolina Ltda. possa inserir o nome de Manoel nos serviços de proteção ao crédito, é necessário que, primeiramente, ele seja notificado.
- 63 Considere que, ao realizar o abastecimento dos veículos, Manoel tenha ganhado um *tablet*, que, posteriormente, apresentou defeito. Nessa situação, Manoel tem direito de reclamar sobre o defeito do aparelho, uma vez que o mesmo foi adquirido por meio de remuneração indireta em decorrência da compra do combustível.

Maria comprou um carro em julho de 2012, modelo 2013, na cor branca, com previsão de entrega imediata, financiado em quarenta e oito parcelas com valores fixos. Com relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), julgue os itens a seguir.

- 64 Caso o veículo de Maria apresente um vício oculto, o prazo decadencial começa a ser contado no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- 65 Suponha que a montadora tenha descoberto que toda a linha do modelo e da marca do veículo adquirido por Maria, fabricado desde 2010, tenha apresentado problema no dispositivo do cinto de segurança. Nessa situação, para dar efetividade ao *recall*, a montadora deve utilizar os meios de comunicação disponíveis para informar a todos os consumidores, além de comunicar o fato às autoridades competentes.
- 66 Considere que Maria tenha procedido ao *recall* e que tenha percebido que o dispositivo do cinto de segurança foi trocado por uma peça já usada, sem o seu consentimento. Nessa situação, a atitude do fornecedor está em conformidade com o CDC, pois, como o fornecedor fez a chamada para o *recall*, cabe a ele escolher o tipo de peça a ser utilizada na reparação.
- 67 Considere que Maria tenha recebido uma carta de cobrança informando que havia uma parcela do veículo não quitada e que uma semana após efetuar o pagamento dessa parcela em atraso, Maria tenha encontrado o comprovante de que a parcela havia sido efetivamente paga, ou seja, a cobrança era indevida. Nesse caso, é possível afirmar que Maria, salvo hipótese de engano justificável, tem direito à repetição de indébito.
- 68 Suponha que Maria tenha ido ao *shopping center* e estacionado o seu carro no estacionamento coberto e que, enquanto passeava no *shopping*, o seu veículo tenha sido furtado. Nesse caso, Maria não tem direito à indenização, já que não adquiriu nenhum produto no *shopping*.
- 69 Se o carro que Maria comprou apresentar defeito de fábrica, é responsabilidade do fabricante entregar outro do mesmo modelo.

A respeito da legislação ambiental relacionada às atividades de produção, ao processamento, à movimentação, à distribuição e à revenda de petróleo e seus derivados, de gás natural e de biocombustíveis, julgue os próximos itens.

- 70 A movimentação do petróleo pode ocorrer por transporte ou por transferência, conforme atenda a interesse geral ou específico.
- 71 As atividades de exploração e produção de petróleo estão submetidas ao poder de polícia ambiental, exercido na forma da lei pelos órgãos competentes.
- 72 Com relação à responsabilidade por danos ambientais decorrentes das atividades de exploração e de produção de petróleo, a União e a ANP são subsidiariamente responsáveis e somente poderão ser acionadas por esses danos ambientais se o capital das empresas, diretamente responsáveis pelo dano, tiver se esgotado e a concessão tiver retornado ao poder concedente, sem a reparação dos danos causados.
- 73 Uma das finalidades da ANP, integrante da administração federal indireta, como órgão regulador, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, é fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente.

Com relação aos contratos de concessão e contrato de partilha, julgue os itens a seguir.

- 74 Apesar de ser monopólio da União, o transporte marítimo do petróleo bruto, de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país, poderá, mediante regime de partilha de produção, ser realizado por empresas constituídas sob leis brasileiras, mesmo que com sede e administração em outro país.
- 75 Cabe à União celebrar e fazer a gestão dos contratos de partilha de produção, os quais poderão ser celebrados diretamente com a PETROBRAS ou com empresas privadas, mediante licitação, em qualquer modalidade prevista em lei.
- 76 Nos contratos de concessão, a definição do bloco objeto da concessão é classificada como uma cláusula cogente.
- 77 Diante da extinção da concessão, há previsão legal para que o concessionário faça, por sua conta exclusiva, os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.
- 78 A participação governamental na concessão consistirá em bônus de assinatura, participação especial, *royalties* ou pagamento pela ocupação ou retenção de área, sendo as duas últimas de previsão contratual obrigatória.
- 79 O Conselho Nacional de Política Energética deverá, entre outras atribuições, providenciar as medidas específicas destinadas a definir os blocos que serão objeto de concessão e partilha de produção.

No que concerne à relação à função reguladora da Constituição Federal de 1988, julgue o item abaixo.

- 80 O Estado, por ser agente normativo e regulador da atividade econômica, exerce, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.

Acerca da regulação de petróleo, gás natural e biocombustíveis, julgue os itens que se seguem.

- 81 A ANP tem atribuição constitucional para dispor, mediante decreto, sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre a criação e a extinção de cargos.
- 82 Incumbe à ANP, como órgão regulador nacional da indústria do petróleo, regular o exercício do direito de acesso de terceiros às instalações concedidas na atividade de estocagem do gás natural.
- 83 A ANP pode exercer sua capacidade de regulação, no âmbito do transporte de biocombustíveis, por meio do Departamento Nacional de Combustíveis.
- 84 A finalidade da ANP é promover a regulação das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e do biocombustível, sem arbitrar ou estabelecer critérios para qualquer tipo de tarifa, tendo em vista a preservação do princípio da livre concorrência.
- 85 Compete à União e aos estados membros legislarem sobre energia e recursos minerais, ficando a cargo de seus respectivos órgãos públicos a regulação das atividades referidas e a sua exploração pelos particulares.

Considerando os marcos legais e a regulação das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos, bem como de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, julgue os itens a seguir.

- 86 É vedado à ANP editar novo ato ou autorizar nova atividade de transporte de gás natural por período superior ao prazo de quinze anos, salvo quando houver prorrogação por igual período. Caso esse limite não seja respeitado, o edital deverá ser considerado nulo.
- 87 A exploração da atividade relacionada à indústria do gás natural é considerada serviço público e deve ser regulada pela ANP.
- 88 A ANP possui competência legal para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação, das áreas necessárias à implantação dos gasodutos autorizados.
- 89 Cabe ao Ministério de Minas e Energia propor a criação e a ampliação de gasodutos de transporte.

Com base nas atividades integrantes da indústria do biocombustível e em sua fiscalização e regulação, julgue os itens a seguir.

RASCUNHO

- 90 A utilização de biocombustíveis não especificados em equipamento de uso industrial, em substituição parcial de um combustível especificado pela ANP, depende de autorização, mesmo quando destinada a um evento específico.
- 91 A operação industrial de transformação de biomassa renovável de origem vegetal em combustível e toda a produção agrícola do respectivo estabelecimento estarão sujeitas à regulação pela ANP.

Um produto é vendido em 12 parcelas mensais de R\$ 175,00 sem entrada ou à vista por R\$ 1.970,00. Pedro não tinha o montante necessário para comprar o produto à vista, mas seu filho, Luke, possuía o valor necessário disponível em uma poupança, que remunerava à taxa de 0,5% a.m. Assim, Pedro propôs a seu filho um empréstimo, em que pagaria os mesmos juros que a loja cobra na venda do produto.

Com base nessas informações e considerando 1,0617 e 0,0889 como valores aproximados para  $1,005^{12}$  e  $0,01 \times 1,01^{12} / (1,01^{12} - 1)$ , respectivamente, julgue os itens seguintes.

- 92 Caso Luke empreste o dinheiro a seu pai e este decida, no momento do pagamento da oitava parcela, pagar também a décima segunda com um desconto simples racional à taxa de 0,5% a.m., o valor do desconto obtido será superior a R\$ 3,50.
- 93 O valor dos juros que Luke deixará de receber da poupança um mês após emprestar o dinheiro para seu pai comprar o produto à vista é superior a R\$ 10,00.
- 94 A soma algébrica dos juros pagos por Pedro ao término do pagamento na compra a prazo é suficiente para pagar uma das prestações.
- 95 A taxa nominal anual paga pela poupança a Luke é de 6%.
- 96 Se Luke não emprestasse o dinheiro a seu pai, um montante inferior a R\$ 2.090,00 acumularia na poupança com rendimentos sobre o valor do produto à vista.
- 97 A taxa de juros efetiva acertada entre Pedro e Luke é superior a 1% a.m.

Considere que um investidor adquira anualmente 15% de sua renda bruta anual em títulos públicos que remuneram à taxa simples de 8% a.a. O investidor planeja, após certo tempo, resgatar todo o valor investido e aplicar em poupança, à taxa mensal composta de 0,5%, fazendo, a partir do mês seguinte, retirada mensal constante e vitalícia. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 98 No momento em que efetuar a sexta compra, o investidor ultrapassará, em títulos públicos, o valor de sua renda bruta anual.
- 99 Caso o investidor resgate o valor investido exatamente um ano após a décima compra de títulos, o montante acumulado será superior ao triplo de sua renda bruta anual.
- 100 Se no momento em que o investidor resgatou o valor investido e o aplicou na poupança, o montante acumulado em títulos públicos for igual ao quádruplo de seu rendimento bruto anual, então ele poderá fazer sua retirada mensal vitalícia superior a 2% de seu rendimento bruto anual.

Considere que uma pessoa tenha adquirido R\$ 10.000,00 em 500 ações de uma grande empresa no dia 1.º/1/2012 e que, em 1.º/7/2012, essa pessoa tenha adquirido R\$ 8.000,00 em mais 320 ações. Considere ainda, que, em 1.º/1/2013, ela tenha vendido tudo por R\$ 24.600,00. Com base nessas informações, julgue o item subsequente.

- 101 Caso o crescimento no valor unitário da ação no período de 1.º/7/2012 a 1.º/1/2013 mantivesse a mesma variação percentual dos seis meses anteriores, a pessoa teria arrecadado mais de R\$ 30.000,00 com a venda de todas as ações.

A respeito dos conceitos de que trata a teoria da regulação econômica, que justificam a intervenção do Estado para promover o bem-estar da sociedade, julgue o item abaixo.

- 102 No que concerne a monopólios naturais, a responsabilização do Estado pela produção direta dos bens é indispensável, uma vez que a existência de uma única empresa é mais eficiente que um mercado competitivo.

No que se refere à eficiência econômica da regulação, ao processo de diversificação industrial e integração vertical e às indústrias de rede, julgue o item seguinte.

- 103 As indústrias de rede são caracterizadas pelo elevado grau de complementaridade entre as cadeias de produção de um determinado bem. Por um lado, esse fator gera economias de escala e externalidades positivas para o consumidor, mas, por outro, exige que o Estado, por meio da regulação, impeça condutas abusivas.

Em relação a entidades reguladoras no Brasil e abordagens econômicas da atividade regulatória, julgue os itens a seguir.

- 104 A edição de ato normativo que disponha sobre matéria de competência da ANP, mas efetivada por outra agência reguladora, é um exemplo da teoria da captura.
- 105 Uma norma editada pela ANP para regulamentar um dispositivo de uma lei federal, embora imponha medidas restritivas a particulares, não representa uma ofensa ao princípio da legalidade.

No que tange a formas de regulação, julgue o item seguinte.

- 106 Na regulação por preço teto, existe a previsão de as entidades reguladas repassarem ao consumidor os custos variáveis sobre os quais não possuam controle, durante os intervalos existentes entre revisões tarifárias.

RASCUNHO

Com relação à regulação da indústria do petróleo, do gás natural e dos bicomcombustíveis no Brasil, julgue o item a seguir.

107 É permitida a exploração da atividade de transporte de gás natural por sociedade ou por consórcios estrangeiros, desde que sua sede ou administração seja fora do país.

Acerca de análise de projetos e elementos de finanças empresariais, julgue os itens subsequentes.

108 No mercado brasileiro, em que as emissões públicas de diversos instrumentos financeiros denominados valores mobiliários são registrados na Comissão de Valores Mobiliários, encontram-se os títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

109 Na previsão dos custos indiretos de fabricação deve-se considerar que alguns deles variam em função da quantidade de itens produzidos e outros existirão independentemente de haver produção.

110 Se ocorrer mudança significativa no padrão de consumo previsto para um ativo durante determinado exercício financeiro, o método de depreciação deve ser mudado para refletir tal alteração.

Considerando os elementos de finanças empresariais relativos a projeções de lucros e perdas, capital de giro, investimentos e financiamentos, julgue os itens de 111 a 117.

111 Na projeção de capital de giro, é necessário incluir estoques, recursos do caixa, aplicações financeiras e valores a receber de curto prazo.

112 Uma adequada política financeira deve considerar que o dinheiro mantido em caixa oferece maior liquidez a uma empresa, ao mesmo tempo em que produz baixos retornos, em contrapartida de menor risco que aplicações em títulos.

113 As necessidades de investimentos supridas pela captação de recursos de longo prazo no mercado, por meio da abertura de capital e emissão de novas ações, representam operações que ampliam a participação de capital de terceiros na companhia.

114 Para o financiamento de investimentos em ativos fixos, deve-se levar em consideração que o custo do capital de terceiros equivale ao total das cotas de depreciação dos ativos financiados no exercício.

115 Para projetar o resultado de uma carteira de investimentos (projeção de lucros e perdas), deve-se considerar que o retorno esperado do portfólio composto de mais de um ativo é definido pela soma dos retornos de cada ativo, em função de sua participação no patrimônio líquido da investidora.

116 Na projeção de fluxo de caixa, os recebimentos e pagamentos que afetarem o caixa da entidade, originados de mudanças no percentual de participação em controlada e que não resultem na perda do controle, devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento.

117 Para avaliar as melhores opções de investimentos, as taxas internas de retorno iguam as saídas de recursos investidos com as entradas de fluxos de caixa por eles proporcionados.

Considerando os elementos de finanças relativos a capitalização, projetos estruturados e análise de riscos, julgue os seguintes itens.

118 A análise de riscos associados à entidade deve ser feita de forma integrada, considerando-se que um tipo de risco específico pode influenciar outros riscos envolvidos.

119 Na capitalização de dois ativos  $A = \$100$  e  $B = \$200$ , com taxas de juros compostos de 200% e 100%, respectivamente, tem-se que, ao final do período  $t = 2$ , o **ativo A** produz maior montante que o **ativo B**.

120 Na análise de financiamentos de projetos estruturados (*project finance*) deve-se considerar que as garantias são ofertadas em função dos fluxos de caixa gerados pelo projeto, somadas à totalidade da carteira de ativos das empresas envolvidas no projeto.

RASCUNHO

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para os respectivos espaços reservados do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na redação de texto dissertativo e em cada questão prática, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no devido local da folha de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliada a prova discursiva que apresentar texto com qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Na avaliação da redação de texto dissertativo e de cada questão prática, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textuais (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

### Texto Dissertativo

São de propriedade da União os depósitos de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional. Por sua vez, são monopólio da União as atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro; a importação e exportação de produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas na legislação específica e o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto seus derivados e de gás natural.

Com o advento da EC n.º 09/1995, que trata da flexibilização do monopólio, foi permitido que essas atividades possam ser exercidas mediante concessão, autorização ou contratação sob o regime de partilha de produção, por empresas constituídas sob a legislação brasileira, com sede e administração no Brasil.

Brasil. Constituição Federal de 1988, art. 177 e incisos com a Emenda Constitucional n.º 09/1995 (com adaptações).

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida pela legislação, ou sob o regime de partilha de produção nas áreas do pré-sal e nas áreas estratégicas.

Considerando que os trechos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- fases e obrigações dos contratos de concessão; [valor: 2,50 pontos]
- hipóteses de extinção das concessões; [valor: 2,00 pontos]
- regime de partilha de produção; [valor: 2,00 pontos]
- competência da ANP no caso de contrato de partilha de produção. [valor: 2,50 pontos]

**Rascunho – Texto Dissertativo**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Questão Prática****1**

O regime contratual de exploração e de produção de petróleo e gás natural ordena as relações estabelecidas entre o Estado e as empresas operadoras. Entre outros aspectos, o regime contratual aborda a propriedade dos recursos, os critérios de seleção das operadoras, a remuneração do Estado e o controle do ritmo de extração. A lei n.º 12.351/2010 instituiu o regime de partilha no Brasil. Essa alteração no marco institucional da indústria de petróleo e gás natural foi amplamente debatida pela sociedade brasileira.

Tendo como referência o texto acima, faça o que se pede a seguir.

- Apresente as principais características de contratos de concessão e de partilha. [valor: 5,00 pontos]
- Compare os dois regimes, apontando as vantagens e os contextos nos quais esses regimes são mais apropriados. [valor: 2,00 pontos]
- Cite uma experiência nacional com contrato de concessão. [valor: 2,00 pontos]

**Rascunho – Questão Prática 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

## Questão Prática

2

Argemiro Patriota interpôs ação judicial contra a ANP, solicitando o cancelamento imediato de qualquer autorização, concessão ou permissão concedida a particulares para exploração de petróleo, alegando monopólio da União para pesquisa e lavra das jazidas de petróleo. Alegou, ainda, ser da titularidade da União a propriedade de todos recursos minerais, inclusive os do subsolo, conforme determina a Constituição Federal de 1988, sendo ilícita a autorização para que particulares explorem e se apropriem dos produtos e dos resultados, ainda que parcialmente, dessa atividade.

Considerando a situação hipotética descrita acima, estabeleça os fundamentos constitucionais e legais, quanto à atuação da ANP no âmbito da regulação da atividade de exploração do petróleo. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- fundamento jurídico para exploração privada e, posterior regulação do setor, inclusive apropriação do resultado da venda do petróleo; [valor: 3,00 pontos]
- fundamento jurídico específico para regulação do setor pela ANP; [valor: 3,00 pontos]
- limites e objetivos constitucionais e legais da regulação do setor. [valor: 3,00 pontos]

## Rascunho – Questão Prática 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	